

BARREIRAS FÍSICAS REFLETEM A INTOLERÂNCIA SOCIAL

Sheila Carla de Souza

Beatriz Pereira de Santana

[Índice](#) [Mini currículo dos autores](#)

RESUMO: Por meio do presente artigo pretende-se analisar o comportamento social das pessoas com deficiência frente às barreiras arquitetônicas encontradas no Brasil. Secundariamente, será avaliado de que forma a acessibilidade pode minimizar estigmas, preconceitos e estereótipos do meio social para com as pessoas com deficiência, permitindo que esses sujeitos se apropriem de espaços públicos e privados e usufruam de seus direitos de cidadãos, fomentando, assim, ampla convivência com a diversidade e transformando a sociedade em espaço de aceitação e tolerância com o diferente.

Palavras chave: identidade social; barreiras arquitetônicas; diversidade.

Trata-se de um tema polêmico falar sobre a construção da identidade ,tendo em vista que diversas áreas do conhecimento tentam explicar, sob diferentes óticas, as maneiras pelas quais os seres humanos se constituem e se comportam sejam em suas vidas particulares ou sociais. Desta forma, é comum encontrar discursos da filosofia, psicologia, sociologia e antropologia sobre a construção da identidade humana o que torna o tema instigante visto que ainda não se conseguiu encontrar uma definição totalmente satisfatória que atenda os diferentes pontos de vista sobre o tema. Mas, numa coisa todas as áreas de conhecimento concordam: é de suma importância estudar e investigar como as identidades se constituem e se manifestam em seus diferentes contextos psicológicos, sociais etc.

Recorrendo ao dicionário, encontramos a definição de identidade como sendo um “conjunto de características próprias e exclusivas de uma pessoa [...] aspecto coletivo de um conjunto de características pelas quais algo é definitivamente reconhecível ou conhecido” (O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa – *versão eletrônica*).

Então, numa acepção mais corriqueira, pode-se entender que a identidade é um conjunto de características pessoais que diferencia um indivíduo do outro e que, paradoxalmente, pode se manifestar coletivamente.

Nesse sentido, características que eram apenas individuais, podem tornar-se comuns a um mesmo grupo, possuindo a peculiaridade de aproximar pares, tornando os grupos sociais unidos, muitas vezes, por identificações. Um exemplo disso são os adolescentes que podem se aproximar devido à preferência por um mesmo ritmo musical, ou separações em grupos por gêneros (feminino/masculino), tão comuns nessa fase do desenvolvimento.

No entanto, o que se observa é que existe uma pressão do meio social para que os agrupamentos sejam feitos aos pares, ou seja, “homogeneizados”, seja por características financeiras, físicas etc, o que indubitavelmente faz com que deficientes convivam com deficientes e, por consequência, uma pequena minoria esteja preocupada com as questões de acessibilidade. Certamente, isso ocorre somente até o momento que um de seus entes queridos ou até quem sabe a própria pessoa passe por uma situação de adversidade. (OMOTE, s/n, p. 127).

Analisando mais profundamente as questões das relações identitárias, pode-se perceber que esse conceito, usualmente, possui a função de estabelecer relações e de designar papéis sociais de maneira que as aproximações acabam ocorrendo não apenas por preferências, mas também por aquilo que o grupo tem em comum. Por exemplo, pessoas com deficiência se juntam e partilham das mesmas opiniões de organizações que cuidam dos interesses de deficientes. Homossexuais aproximam-se de grupos que lutam por seus direitos e, assim, sucessivamente.

Dentro dessa perspectiva e considerando Goffmann (1982) que postula conceitos teóricos do “desacreditado” e do “desacreditável”, é possível entender de que maneira ocorre a “construção social da deficiência” que é um conjunto de expectativa projetada pelo grupo social em relação à pessoa com deficiência e, facilmente, absorvida por essa como verdade absoluta. Assim, quando o grupo social estigmatiza a pessoa com deficiência mental ou outra como improdutivo, o sujeito deficiente aceita a nomeação e passa a ocupar aquele espaço que o grupo social designou, acreditando, dali por diante, que ele é mesmo improdutivo e incapaz.

Reativamente, a pessoa com deficiência também pode ocultar a sua verdadeira identidade ou deficiência com o objetivo de se preservar e não se expor diante do grupo. Essa oscilação de papéis, quase sempre acompanha a necessidade do indivíduo de ser aceito pelo grupo social e de ter a sensação de pertencimento em suas relações sociais, pois é comum, até os dias atuais, a ideia reducionista de que a pessoa é a deficiência.

Diante disso, é importante refletir: *Os grupos sociais influenciam os comportamentos das pessoas com deficiências? A diminuição das barreiras arquitetônicas tem o papel de promover a inclusão social e a convivência com a diversidade?*

O convite para essas reflexões fundamenta-se em dois pontos de análise. O primeiro é que historicamente as pessoas com deficiência sempre estiveram fadadas ao afastamento do convívio social. Com o passar dos anos, os mitos e tabus que circundavam os deficientes diminuíram e a convivência com os mesmos se intensificou. A principal razão para este fato se deve ao avanço da medicina e, conseqüentemente, a saída desses indivíduos de suas residências para tratamentos médicos.

Dessa forma, a evolução dos tratamentos médicos levou o indivíduo com deficiência a uma exposição social mais efetiva e à convivência de pessoas “normais” com o diferente, influenciando, assim, a identidade das pessoas com deficiências visto que alguns paradigmas de que esses cidadãos representavam uma ameaça para a ordem pública foram desmistificados, fazendo com que a coletividade aceitasse a pessoa deficiente e não raro reconhecesse suas potencialidades. (CARVALHO-FREITAS & MARQUES, 2007).

Outro dado que merece destaque são as Organizações Institucionais que partilham dos mesmos interesses e lutam pelas igualdades das pessoas com deficiências. Tais grupos carregam a responsabilidade de integrar socialmente esses indivíduos e diminuir preconceitos e estigmas a sociedade s.

Além disso, é importante mencionar as Legislações, Deliberações e Normas Governamentais das esferas Municipais, Estaduais e Federais que zelam pelos direitos de acessibilidade de pessoas com deficiência.

É praticamente impossível tratar de acessibilidade sem conhecer a NBT 9050/2004, revisada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e republicada em 2004, que normatiza os parâmetros sobre acessibilidade. Também, ressalta-se o fato de que os estudos desenvolvidos na área da Arquitetura já contemplam a ideia de desenho universal, ou seja, projetos e construções que se preocupam com as necessidades dos indivíduos deficientes em todas as fases da sua vida, compreendendo desde a infância até a velhice. (ORSTEIN, PRADO & LOPES, 2010).

Com isso, pode-se concluir que os grupos sociais influenciam as construções das identidades de todas as pessoas, inclusive das pessoas com deficiências.

Em segundo lugar, retoma-se o convite para a reflexão da barreira arquitetônica e a convivência com a diversidade. Aparentemente, o tema pode parecer claro, mas se considerarmos que as barreiras arquitetônicas podem refletir as barreiras atitudinais dos indivíduos, o assunto ganha mais destaque. Isso porque se engana aquela pessoa que pensa a acessibilidade como sendo apenas à construção de rampas, corrimões e sanitários para deficientes.

O importante aqui é refletir que, a partir do momento que a sociedade se abre para receber pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, implicitamente deve-se ter a noção de civilidade embutida em ações e respeito para com o próximo.

Isso porque a construção de rampas, pisos podotáteis, banheiros adaptados etc é apenas uma das ações necessárias para que se possa incluir socialmente os cidadãos com deficiência. Mais que isso, faz-se necessário que as barreiras arquitetônicas consigam remover, também, as barreiras atitudinais do meio social em relação às pessoas com deficiências.

As atitudes, ações e mobilizações devem estar presentes em todas as esferas da sociedade para que, por exemplo, vagas de estacionamento de deficientes em shoppings e supermercados não sejam utilizadas por pessoas

não deficientes. Não apenas porque existe a lei que proíbe, mas por uma questão de civilidade, ou seja, em sinal de respeito mútuo e consideração. É necessário o despertar da consciência de que aquela pessoa que precisa da vaga possui demandas outras que dificultam seu acesso aos espaços quando essas vagas estão ocupadas.

Tais ações possuem a expectativa de que haja consciência de que banheiros de deficientes não sejam utilizados como depósitos de materiais de limpeza, pois esse procedimento impede que a cadeira de rodas gire 360° dentro do espaço do sanitário. Além disso, ao usar o sanitário de pessoas com deficiência é preciso pensar que o deficiente físico não consegue limpar o vaso sanitário antes de transportar-se para o assento, o qual, muitas vezes, foi utilizado inadequadamente e se encontra sujo impossibilitado de uso, ou seja, todos esses fatores devem fazer parte do consciente coletivo ao tratarmos de questões de acessibilidade.

É conscientizar que ao estacionar carros em frente de calçadas que possuem rampas rebaixadas ou piso podotáteis, impede-se que o cadeirante ou o deficiente visual consiga deslocar-se por aquele caminho, tendo muitas vezes que percorrer longos caminhos até encontrar outro acesso que permita seu deslocamento com segurança.

Diante do exposto, conclui-se que a acessibilidade está para além das questões físicas, mas complementa-se à ideia de que toda a sociedade deve estar consciente e envolvida para que as pessoas que possuem deficiência ou mobilidade reduzida possam partilhar e usufruir de espaços que são tão deles quanto nossos.

Finalizamos, portanto, esse pequeno recorte com o convite para que os leitores reflitam e se coloquem na situação daqueles que possuem demandas específicas para se locomover e que, assim como qualquer outro, possuem o direito de ir e vir com autonomia e segurança.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 9050, Associação Brasileira de Normas Técnicas. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT: 2004.

CARVALHO-FREITAS & MARQUES. A Diversidade Através da História: A Inserção no Trabalho de Pessoas com Deficiência. *O & S* – v. 14 – n. 41 – Abril/Junho – 2007).

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OMOTE, S. Perspectivas para conceituação da deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, n. 4.

O Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa corresponde à 3ª. edição, 1ª. impressão da Editora Positivo, revista e atualizada do Aurélio Século XXI, O Dicionário da Língua Portuguesa, contendo 435 mil verbetes, locuções e definições. Disponível em <http://intranet.spo.mackenzie.br:8080/Aurelio/>. Acesso: 02/02/2011.

ORNSTEIN, Sheila Walbe Org.; PRADO, Adriana R. de Almeida, Org.; LOPES, Maria Elisabete, Orgs. *Desenho Universal. Caminhos da Acessibilidade no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010.